



DIREITO À AGUA NOS ESPAÇOS SOCIALMENTE CRIADOS: a relação do processo de urbanização das cidades na formação dos mercados informais de água.

Veneranda Gonçalves Neta¹, Jose Irivaldo Alves²

1. Advogada. Mestre em Política Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade estadual da paraíba e doutoranda em Ciências jurídica pela Universidade Federal da Paraíba, E-mail: venerandagoncalves84@gmail.com.
2. Professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Ciências Jurídicas pela UFPB, E-mail: jose.irivaldo@professor.ufcg.edu.br.

Resumo: À medida que a expansão urbana avança, verifica-se, na mesma proporção, um considerável recuo da natureza e um aumento da demanda por água potável. A análise desta pesquisa assim parte de uma observação das tendências de consumo de água através da formação dos mercados informais de água em áreas em expansão. Assim, sob a luz dos processos de comodificação da água este trabalho buscou analisar as falhas do Estado diante do processo de urbanização de uma determinada área e a má gestão hídrica na condução do Estado; verificando-se que diante da ausência do agente responsável no fornecimento de água, a população local criou um sistema próprio de abastecimento, através de tubulações e canalização particular, onde passaram a abastecer suas residências por meio de cobranças individuais e preço mensal fixo.

Palavras-chaves: Expansão urbana; comodificação da água; mercados informais; gestão hídrica.

1 INTRODUÇÃO

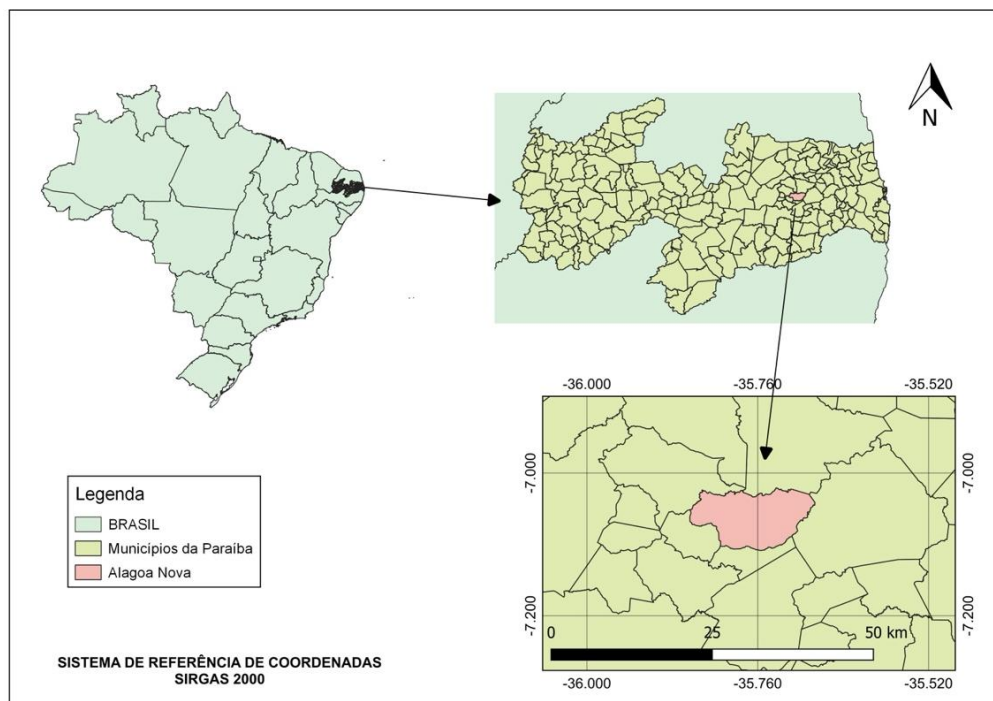
O processo de urbanização das cidades vem se desenvolvendo numa velocidade que tem impactado diretamente o meio ambiente, de acordo com dados fornecidos pela ONU da totalidade de 8 bilhões de pessoas que habitam o planeta, quase 4 bilhões já vivem em área urbana, apontando o relatório ainda que a população mundial será 68% urbana até 2050 (ONU, 2022) a relação assim entre o consumo de água e a dinâmica espacial e temporal advinda da expansão urbana é inevitável, a demanda hídrica aumenta, na mesma velocidade em que as

idades crescem.

O ultimo Censo Demográfico 2022, do total de 203,1 milhões de pessoas que vivem no Brasil, 177,5 milhões (87,4%) moram em áreas urbanas, enquanto 25,6 milhões (12,6%) estão concentrada nas áreas rurais, a expansão urbana assim tem acontecido de forma acelerada e desordenada em muitas cidades brasileiras, o acesso à água, nesse processo de urbanização, torna-se desigual e espacial, nesse sentido Tucci (2008) afirma que os impactos que as águas urbanas sofrem são resultados do forte adensamento urbano, das questões climáticas e das práticas inconsequentes da população trazendo como exemplos o despejo de esgoto sem tratamento nos rios; falta de saneamento adequado que contaminam as águas superficiais e subterrâneas; além do que a ocupação do solo urbano sem controle do impacta diretamente o sistema hídrico.

Desta forma, este trabalho traz uma pesquisa já concluída relacionada ao intenso processo de urbanização vivenciado no Estado da Paraíba, tendo como foco o Município de Alagoa Nova, que localiza-se na Messorregião no agreste paraibano, conforme pode ser verificado em mapa abaixo.

Mapa I – identificação da área estudada



Elaboração própria.

Alagoa Nova, assim como as demais cidades localizadas na Paraíba não tiveram seu crescimento associados a planejamento urbano, neste sentido fora verificado em uma localidade intitulada “olho D’agua de Bujari” que os moradores diante da inexistência de abastecimento público, e da necessidade de água criaram um sistema próprio de abastecimento, que, por meio de canalização subterrâneas e tubulações próprias, passaram a abastecer suas residências através de cobranças individuais e preço fixo mensal de 50 reais, criando um verdadeiro sistema de abastecimento. E assim, quando o poder público falha em responder rapidamente às mudanças na demanda por água, impossibilitando seu acesso principalmente às camadas mais pobres, surgem os mercados informais de água, encobrendo dinâmicas estruturais que informam situações correntes de desigualdade no seu abastecimento real. (NETA GONÇALVES, 2022)

Na pesquisa assim, foram identificados três donos de poços que vendiam água nesta mesma formatação cobrando um valor mensal de 50 reais. Criando assim uma rede de abastecimento capaz de fornecer água a mais de 500 famílias, imagem abaixo demonstra assim a operação.

Figura I – instalação das caixas de água que ligam as casas aos poços



Acervo pessoal.



2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em dois momentos diversos. Inicialmente fora feita uma pesquisa bibliográfica, documental e com coleta de dados para compreender a realidade do município e o seu processo de urbanização, frente a demanda por água local, sendo feita assim coleta de dados na prefeitura, procuradoria municipal, Cartório de Registro Público, Secretária de Obras e Planejamento bem como visita a Cagepa, para entender a realidade do abastecimento público de água, já que a localidade estudada trata-se de uma comunidade onde inexistia até então o abastecimento público.

O segundo momento da pesquisa foi “in locu” realizando uma pesquisa com os usuários desta modalidade de abastecimento privado de água, e assim ao investigar essa realidade de comércio de águas constatou-se que, a partir de uma área em expansão localizada no entorno de uma mesma cidade, os moradores se reuniram ante a ausência de rede pública de abastecimento de água e, por meio de tubulações subterrâneas e encanamentos próprios, passaram a fazer os encanamentos subterrâneos de suas casas a poços específicos, passando a comprar esta água dos donos dos poços. Sendo por tanto identificado três vendedores de água nessa modalidade de captação, venda e entrega da água por meio de tubulações internas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES: ENTENDENDO A REALIDADE DOS MERCADOS INFORMAIS NA CIDADE DE ALAGOA NOVA

Em Alagoa Nova, cidade localizada na mesorregião do agreste paraibano e microregião do brejo Paraibano, o mercado informal de águas tornou-se essencial tanto para a economia local, como para o abastecimento da população geral. Assim temos que os mercados de água se desenvolvem em processos formais ou informais, envolvendo a transação voluntária dos direitos de uso da água entre possuidores. O movimento de reconhecer a água como mercadoria dentro deste mercado já foi introduzido na ótica do sistema capitalista global atual. (GONÇALVES NETA, 2022)

Para a realização desta pesquisa, foram identificados os vendedores de água – que no caso são três – que operam dentro deste comércio irregular no qual se realiza a comodificação



do bem água. E assim foi identificado que a forma valoração desta água segue o mesmo padrão, os custos econômicos dos vendedores seguem a mesma formatação de venda, sendo identificado, na construção do valor, o mesmo custo para todos, \$ 50,00 reais mensais.

Quadro I – relação do valor da água

	VENDEDORES		
	Vendedor 1	Vendedor 2	Vendedor 3
Preço	R\$ 50	R\$ 50	R\$ 50
Forma de Entrega	Encanações subterrâneas que ligam os poços às casas.	Encanações subterrâneas que ligam os poços às casas.	Encanações subterrâneas que ligam os poços às casas.
Quantidade de Água Ofertada	1.500 litros de água semanal. Cobrança adicional caso precise de mais água.	1.500 litros de água semanal. Sem cobrança extra, caso necessite de mais água.	1.500 litros de água semanal. Sem cobrança extra, caso necessite de mais água.
Horário Oferecido	Duas vezes na semana, 40 minutos em média.	Duas vezes na semana, 40 minutos em média.	Duas vezes na semana, 40 minutos em média.
Potabilidade	Afirmou ter feito o teste, todavia não o mostrou.	Afirmou ter feito o teste, todavia não o mostrou.	Afirmou ter feito o teste, todavia não o mostrou.

Fonte: pesquisa realizada pela autora

Desta forma conclui-se que, a água fornecida pelos vendedores nessa modalidade apresentada de venda de água, apesar de preencher parcialmente os espaços deixados pelo Estado, é insuficiente em quantidade e cara, quando comparada pelo preço cobrado pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), que cobra \$ 44,03 reais por 10 mil litros mensais de água limpa.

Quadro II - Valor tarifaria da água ofertada pela CAGEPA, residencial, ano 2022.

FAIXA DE CONSUMO (M ³ /MÊS)	VALOR ÁGUA (R\$)	VALOR ESGOTO (R\$)
--	------------------	--------------------



Até 10 m ³	44,03	35,22
Excedente de 10 m ³ a 20 m ³	5,68	4,54
Excedente de 20 m ³ a 30 m ³	7,49	6,74
Excedente de 30 m ³	10,17	10,17

Fonte: CAGEPA

Assim, constatamos que o caso de Alagoa Nova/PB transcende a comercialização da água fornecida pelo ente estatal, uma vez que a pesquisa fora realizada em área onde inexistia o serviço de abastecimento público. Ainda durante a pesquisa fora verificado outra forma de abastecimento que não o público, um bairro inteiro diante da ausência de água em determinados setores e da irregularidade em outros, fizeram com que as famílias se unissem em verdadeiros condomínios de água e construíram toda uma estrutura que liga o poço as residências específicas rateando todos os custos e despesas. Prepararam desta forma toda a estrutura elétrica, ligando o poço à energia e, em seguida, montaram as tubulações que ligavam a casa de cada um ao poço. Desta forma organizaram-se de forma a permitir que todo dia uma família tivesse direito a usar a água do poço canalizada em sua residência, e, ao final do mês, dividiam os custos e as despesas da energia que é colocada no nome de um morador de cada rua. (GONÇALVES NETA, 2022)

Abaixo, imagens mostrando a estrutura das caixas de energia:

Figura II - Caixas de energia elétricas responsável pela ligação dos poços coletivos



Acervo pessoal.

A pesquisa assim trouxe como resultado final a conclusão de que o colapso dos serviços público de abastecimento da água na localidade foi o principal responsável pelo desenvolvimento de mercados informais, caracterizando um processo de commodificação da água, que não está ligado unicamente à privatização dos serviços de saneamento, mas a informalidade e irregularidade do acesso a água. Dados já apresentados do SNIS comprovam que apenas 43% da população é atendida com abastecimento de água, frente a média de 74,77% do estado e 84,24% do país; Assim 11.978 habitantes não têm acesso à água serviço público (SNIS, 2022) sendo necessário a tercerização e criatividade da população para abastecimento hídrico próprio, que utilizam abastecimentos através de poços, muitas vezes perfurados irregular, açudes sem garantia da potabilidade e caminhões-pipa, que fazem as vendas direta, de porta em porta, ou seja, dependem desses mercados irregulares para o abastecimento regular.

Existe assim na cidade mais de 500 casas que são abastecidas por canalizações que ligam poços às casas por tubulações subterrâneas, sejam estes poços de comerciantes de água, sejam os poços coletivos, confirmando, desta forma, que existe uma concorrência efetiva entre esses



mercados informais de água e o mercado formal.

Fica perceptível, então, que, quando o setor formal oferece água de maneira insatisfatória, não atendendo às necessidades da população, esta tende a procurar outras formas de abastecimento.

Sobre a pergunta apresentada, se o mercado informal prejudica o sistema formal de águas, durante as entrevistas realizadas com os usuários da modalidade de abastecimento estudada nesta pesquisa, mais de 80% afirmaram não gostar do serviço oferecido pela Cagepa, considerando regularidade de abastecimento, preço e inclusive a própria qualidade da água, de modo que alguns afirmaram não mais utilizar.

Alagoa Nova desta forma representa bem os casos em que as fragilidades dos serviços públicos de abastecimento da água em assegurar acesso a toda população contribui para o desenvolvimento de mercados informais. Essa realidade de mercancia das águas não é exclusiva da cidade de Alagoa Nova na Paraíba, Araújo (2022) analisou como o colapso no sistema público de abastecimento de água contribuiu para o surgimento de mercados informais de água na cidade de Cuité-PB, que, mesmo sendo irregulares, sem controle sanitário, eram a única alternativa para os habitantes acessarem a água.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mercados informais de água surgem nos momentos em que o Estado fracassa em gerir serviços de abastecimento e em garantir à população o acesso à água (THOBANI, 1997). Esta pesquisa assim procurou investigar dentro do processo de urbanização a comercialização da água e em consequência a sua comodificação, deixando esta de ser um bem natural para ser um objeto comercializável. Sendo o locus de investigação a cidade de Alagoa Nova, Paraíba, buscou-se desta forma compreender como a estrutura pública oferecida de maneira falha no que se refere ao acesso a água a população e a prestação de serviços de atendimento básico fornecidos de maneira insatisfatória – rede de água e esgoto – influenciaram o (res)surgimento de mercados informais de água na cidade em questão.

Há anos o comércio privado da água é uma realidade dentro da malha urbana e rural, convivendo até então de modo pacífico com o ofertado pela Cagepa. Existindo diferentes tipos de mercados informais de água, com diferentes maneiras pelas quais as pessoas compram este



produto, fica evidente a desigualdade hídrica na forma de acesso. Neste sentido, comprovou-se com esta pesquisa que o colapso dos serviços público de abastecimento da água no município promoveu o desenvolvimento desses mercados informais em Alagoa Nova, e que as formações de territórios da desigualdade no acesso à água variam a depender dos agentes envolvidos e da forma do acesso na busca pelo mercado informal. O não acesso à água de qualidade por parte da população e o desenvolvimento destes mercados informais na cidade representam a falência do Estado enquanto agente promovedor de políticas públicas e um caso preocupante de Saúde Pública.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAGEPA. *Estrutura tarifaria de 2022*. Disponível em: <http://agenciavirtual.cagepa.pb.gov.br/gsan/exibirConsultarEstruturaTarifariaPortalCagepaAction.do>. Acesso em: 13 jun. 2022.

GONÇALVES NETA, Veneranda. **Desigualdade ecológica: da expansão urbana à informalidade do acesso a água**. Dissertação (Mestrado em Política Pública e Desenvolvimento Regional) Universidade Estadual da Paraíba. 2022.

GARRICK, D.; STEFANO, L.; YU, W. JORGENSEN, I.; O'DONNELL, E.; TURLEY, L.; AGUILAR-BARAJAS, I.; DAI, X.; DE SOUZA LEÃO, R.; PUNJABI, B.; SCHREINER, B.; SVENSSON, J.; WIGHT, C. 2019. Água rural para cidades sedentas: uma revisão sistemática da realocação de água de regiões rurais para urbanas. **Environmental Research Letters**, 14(4):043003. doi: 10.1088/1748-9326/ab0db7.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Diagnósticos SNIS, 2022 Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/pb/alagoa-nova>. Acesso: 07 nov. 2025.

THOBANI, M. Formal Water Markets: why, when, and how to introduce tradable water rights. *The World Bank Research Observer*, v. 12, 1997. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2013/04/15/000333037_20130415152420/Rendered/PDF/766040JRN0WBRO00Box374378B00PUBLIC0.pdf. Acesso em: 28 de out. 2025.

TUCCI, C. E. M. Águas urbanas. *Estudos Avançados*, v. 22 n. 63, p. 85-112, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000200007>.